ISSN: 2358-8829

A construção da identidade racial de estudantes negros à luz da Lei 10.639/2003 e do Parecer n° 003/2004

Raquel Silva Oliveira[1]

Danilo Sales do Nascimento França[2]

Introdução

Esta pesquisa apresenta as repercussões da lei 10.639/03 e parecer no. 03/2004 sobre a construção da identidade de estudantes negros de uma turma de segundo do Ensino Médio localizada no município de Niterói (RJ).

É obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira e das relações étnico-raciais na educação básica, no entanto, pesquisas de (Prado; Fátima 2016) e (Alves; Vasconcelos 2024) delineiam desafios do cumprimento dessas normativas. Neste contexto, um novo horizonte de literatura (Dias 2021, Amaral 2013, Santiago 2014) que apesar de não deterem foco no diagnóstico do cumprimento da lei, apresentam nexos e análises entre branquitude e educação como centrais para compreender de forma esmiuçada os obstáculos de cumprimento das normativas.

Indo na contramão destes arcabouços teóricos anteriores, emerge uma incipiente literatura (Araújo; Carrijo 2022) e (Pereira; Filho 2024) expressando as repercussões das normativas na construção da identidade racial de estudantes negros, é nesta empreitada de estudos buscando desvelar a relevância e operação dessas normativas na conformação da identidade de negros e negras que se encontra esta pesquisa.

Por fim, são apresentados os principais achados do trabalho de campo examinados à luz de uma teoria multidimensional que versa sobre educação, raça, racismo e da teoria de Munanga (2009) central para a compressão da construção da identidade negra. As conclusões apontam que o trabalho desses dispositivos legais em aulas de sociologia em um Colégio de Aplicação mostra-se pertinente na conformação da identidade racial de estudantes negros, ao estimular o pensamento crítico e a procura por consumo de conteúdos críticos que versem sobre raça, gênero, classe e educação.

[1] Mestranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), raqueloliveira@iesp.uerj.br

[2] Professor orientador: Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP, danilofranca@id.uff.br

ISSN: 2358-8829

Metodologia e técnicas

Em primeiro momento foi realizado levantamento e revisão de bibliografias nas seguintes plataformas: Periódicos CAPES, Scopus e Scielo, a pesquisa inclui capítulos de livros, teses, dissertações e artigos, enfocando os seguintes conjuntos de palavras-chave. (i) impasses, lei 10.639/03, escola, sala de aula; (ii) branquitude, educação, desigualdades. (iii) raça, identidade negra. (iv) aprendizagem, pensamento crítico, raça.

No segundo movimento da pesquisa realizou-se observação participante, em aulas de sociologia com estudantes de uma turma de segundo ano e o docente de sociologia do Colégio de Aplicação, no período de agosto a novembro de 2025.

Na terceira etapa e última foi realizada entrevista em grupo focal com 5 estudantes autodeclarados negros que se dispuseram a participar, com a finalidade de desvelar a influência do dispositivo legal 10.639/03 e das relações étnico-raciais na identidade de estudantes negros.

Resultados e discussão

Achados centrais da revisão bibliográfica, métodos e teorias de análise do trabalho de campo.

Pesquisas como a de (Chaves 2010, Prado e Fátima 2016, Alves e Vasconcelos 2024) mostram como nos últimos 14 anos apresentam-se diversos fatores impeditivos de plena execução da lei 10.639/03 e Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) em sala de aula. Entre estes, a literatura evidencia: o desconhecimento da lei por docentes, a falta de formação continuada e material didático que trate sobre os temas pertinentes às normas.

O estudo de Prado e Fátima (2016) por meio de pesquisa bibliográfica examinam os desafios encontrados por docentes na aplicabilidade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira. Entre os principais percalços na introdução deste tema em sala de aula realçam o desconhecimento, despreparo ou insegurança por docentes em sua aplicação, assim como a não percepção do preconceito no ambiente escolar. Além disso, há falta disponibilidade e acesso a materiais didáticos que abordem a temática. As autoras salientam que um dos atos para vigorar a lei consiste na capacitação docente por meio de formação continuada e cursos.

ISSN: 2358-8829

Por sua vez, a pesquisa de Alves e Vasconcelos (2024), por meio de questionários analisa como tem decorrido a implementação dos dispositivos legais 10.639/03 e 11.645/05 junto a 6 professoras do ensino fundamental I, do 1° ao 5° ano em uma escola pública municipal no interior de Pernambuco. Em geral os resultados sublinham que tais temáticas são abordadas somente em datas comemorativas e de forma superficial.

As interlocutoras apontam que possuem conhecimento das normas e a aplicam em sala de aula, entretanto há incongruências nas respostas, uma vez que, durante o período observado as pesquisadoras concluem que as questões étnico-raciais são trabalhadas somente em datas comemorativas e quando são debatidas fora deste período, são expostas de forma folclorizadas e superficial. O perigo de tratar das questões raciais somente nessas datas, expressa uma ideia única, de que o negro foi sequestrado da África para ser escravizado e de que este foi somente escravo em sua vida.

Tendo em vista este cenário da não abordagem plena dos dispositivos legais, as estudiosas chamam atenção à indispensabilidade de formação adequada à temática das relações étnico-raciais nas Instituições de Ensino Superior (IES), assim como, a necessidade de investimento na formação continuada a docentes.

Prado e Fátima (2016) e Alves e Vasconcelos (2024) possuem similaridades e distanciamentos em seus apontamentos. Convergem argumentativamente ao expressarem sobre o déficit de materiais didáticos e formação continuada de professores (as). Já, ao passo que as primeiras expõem a respeito da falta de percepção das professoras da existência do preconceito na escola, as últimas autoras delineiam em maiores especificidades de como a tratativa da história e cultura afro-brasileira e africana é abordada somente em datas comemorativas, de forma folclorizada e superficial no ambiente escolar.

Até aqui vimos que os entraves de implementação da lei e parecer se encontram no desconhecimento ou insegurança por docentes em abordar o tema, falta de formação continuada e déficit de materiais adequados. Outra recente literatura traz novos horizontes ao debate, ao traçar nexos analíticos entre branquitude e educação, compreendem a manifestação da branquitude como ferramenta fundamental para impedir que as normativas sejam colocadas em prática em sala de aula.

Apesar não deter foco em explanar sobre a lei 10.639/03 ou a ERER em sala de aula, estes pesquisadores e pesquisadoras esboçam sobre como tem decorrido esse conteúdo no espaço escolar por meio da ótica da manifestação da branquitude (Dias 2021,

ISSN: 2358-8829

Amaral 2013, Santiago 2014). Apresentam a existência de um conjunto de conteúdos, livro didático, currículo e práticas pedagógicas expressos em sala de aula, que não tratam de forma plena as relações étnico-raciais no Brasil e não contemplam a contribuição das populações afro-brasileiras. Além disso, também delineiam como as práticas pedagógicas tratam de forma desigual estudantes brancos e negros no espaço escolar.

Dias (2021) em "BRANQUITUDE E EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A CONSTITUIÇÃO DAS SUBJETIVIDADES RACIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR" articula um diálogo entre branquitude e educação, refletindo sobre como o "branqueamento" da educação coloca em evidência a hegemonia branca eurocêntrica que se estabeleceu como modelo universal da representação do ser humano. No espaço escolar esta predominância irá se manifestar de diferentes maneiras, a exemplo do currículo e materiais didáticos. A ideia chave de sua teoria é de que a branquitude se constrói por meio de práticas discursivas, enquanto tática retórica que detém de crenças e valores. E cria divergentes "verdades" relativas à ideia de raça que irão ser manifestas na sociedade através do discurso. Essas expressões da branquitude são possíveis de serem percebidas no espaço escolar por meio de uma literatura eurocêntrica, desvalorização e falta de representatividade da cultura Africana e Afro-brasileira.

Por sua vez, Amaral (2013) em "A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil", investiga em que medida o art 26A da Lei n° 9.394 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) expressa se no cotidiano de um Centro Municipal de Educação Infantil em Curitiba/PR e atua na construção da identidade étnico-racial de crianças negras e brancas. A autora evidencia a existência do que nomeia como "branquidade normativa" na educação infantil por meio da apresentação às crianças da identidade racial branca enquanto padrão de beleza (Cardoso e Dias 2017).

O cotidiano, interação com os docentes (...) gestores e sobretudo as crianças mostram que predomina na instituição a valorização da branquidade enquanto norma sendo evidenciado em murais, cartazes, logomarcas que representam a instituição. Nesse cenário, crianças brancas são contempladas com maiores estímulos à elevação da autoestima e sentimento de pertença ao lugar.

Contribuindo com o debate sobre a valorização eurocêntrica e identidade racial branca no espaço escolar, Santiago (2014) em "O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado. Hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil", observa o ideal de embranquecimento envoltos a culturas infantis

ISSN: 2358-8829

tendo em vista uma série de elementos; “negação da história e da cultura Africana, escassez de brinquedos que representam os negros, a valorização de uma estética eurocêntrica- enquanto forma pela qual a branquitude institui-se como norma.” *(SANTIAGO, 2014 APUD., CARDOSO; DIAS, 2017, p. 303)*

Para o autor, as formas pelas quais essa normatividade é estabelecida constroem um processo violento no tratamento desigual entre crianças negras e brancas. Ao passo que essas últimas desfrutam de privilégios afetivos e exaltação de sua beleza pelas práticas pedagógicas, isto não ocorre com crianças negras, Santiago nomeia este fenômeno como “pedagogia da branquitude”.

Dias (2021) focaliza no discurso da branquitude e em suas formas de manifestar se no espaço escolar, em contraste, Amaral (2013) e Santiago (2014) apontam similaridades. Ao passo que delineiam a valorização da estética branca e eurocêntrica no espaço escolar, que por sua vez desemboca em privilégios estéticos, afetivos e a elevação da autoestima a construção da identidade de estudantes brancos, por outro lado, estes mesmos componentes são negligenciados aos negros.

Distanciando-se das maneiras de manifestação da branquitude no espaço escolar, chegamos a outra literatura central para esta pesquisa. Estes incipientes estudos mostram que os impactos da abordagem da 10.639/03 e parecer nº 003/2004 em sala de aula podem servir como ferramenta de construção a identidade racial de estudantes negros e negras. Preenchem assim uma lacuna no campo educacional e das Ciências Sociais, no que diz respeito à implementação da lei e parecer e suas repercussões na identidade racial de negros e negras.

Comecemos a apresentar estes estudos pelo artigo “Lei 10.639/03, educação e relações étnico-raciais: os desafios do fazer pedagógico de docentes de candomblé em uma escola de Salvador, BA” de Pereira e Filho (2024), em que através de revisão bibliográfica e a aplicação de questionários a docentes candomblecistas do Colégio Estadual Zumbi dos Palmares, no bairro de Tancredo Neves (Bahia) analisa como docentes articulam suas práticas pedagógicas e percebem os impactos da lei 10.639/03.

Um dos docentes entrevistados aponta que ao tratar o dispositivo legal, aborda sobre o conhecimento da religião trazida pelos Africanos ao Brasil, bem como, expõe sobre a influência desse grupo na música, política, ciências, artes e matemática. E a todo tempo busca elevar a autoestima dos estudantes e ruir com paradigmas inconsistentes e preconceituosos quanto a história e cultura afro-Brasileira e africana.

ISSN: 2358-8829

A influência desta formação étnico-racial na construção da identidade dos estudantes, é percebida pelos docentes em mudanças dos discentes na relação com o próprio corpo.

> [...] os estudantes usavam muitos cremes alisantes de cabelos e os molhavam para alisá-los e isso, segundo eles, era a beleza vigente. Hoje, mudou [...] muitos deixaram de utilizar produtos com os objetivos de retirar a identidade étnica e foram além, agora é o estilo afro. Tempodessi (2023)

Pereira e Filho (2024) ao passo que mostram avanços na incorporação da lei 10.639/03 na prática pedagógica e que por sua vez reverbera na construção da identidade racial de estudantes negros, por outro, expõe que a falta de verba para atividades de extensão e material didático constituem obstáculos em seu pleno desenvolvimento.

Contribuindo para o debate a respeito da construção da identidade racial de estudantes negros e negras, temos o artigo de Araújo e Carrijo (2022) em "Jovens negros, a escola e a subjetivação: narrativas sobre um projeto pautado na lei 10.639/03". Por meio de entrevistas semiestruturadas, analisaram as repercussões do "Projeto Empodera! Juventude Negra" decorrido entre 2016 e 2019, este possui como base a lei 10.639/03 e foi vivenciado durante o Ensino Médio por 7 jovens negros e negras com faixa etária entre 15 a 19 anos, egressos de uma instituição escolar de Minas Gerais.

O Projeto possuiu os seguintes objetivos: debater questões relativas ao (i) racismo presente no dia a dia escolar ou sociedade em geral (ii) contribuir com reflexões, pesquisa e conhecimento para a conformação de uma identidade positiva da juventude negra (iii) promover representatividade e pertencimento entre os estudantes negros através da estética, composição corpórea que considere as raízes da ancestralidade, autoestima e confiança. Nesse cenário, diversas atividades foram articuladas pelo projeto, tais como: rodas de conversa, desfiles de moda afro, ensaios fotográficos dentro e fora da escola, composição de rap, produção de poesias e vídeos de poética negra, apresentação de trabalhos, seminários e pesquisas em Feira Científica – Afrobrasileira e entre outros.

Uma das repercussões do projeto que é possível verificar nas entrevistas com os egressos apontam para o realce que eles fazem de seu pertencimento à ancestralidade negra. Isto torna-se perceptível nas narrativas de Anna ao expressar que "a mãe é negra, mas o pai não", de César ao falar que "bisavós e avós são negros" e Roger ao enfatizar

ISSN: 2358-8829

que “nasceu numa família preta”. Mencionar a ancestralidade negra foi apreendida na pesquisa como uma estratégia para a produção de sentidos positivos para o ser negro.

Além disso, é notória mudanças pelos egressos nas percepções relativas ao próprio corpo em seus primeiros anos escolares para anos mais recentes após vivenciar o projeto Empodera. Isto é compreensível nas expressões de Gustavo e Roger no qual nos anos iniciais pensavam em raspar ou alisar o cabelo, mas posteriormente, verbalizam expressões como “deixar o black crescer”, César também manifesta a respeito de seu cabelo

> Assumi meu cabelo da forma que ele é, e da textura que ele tem. Comecei a usar as roupas bem estilosas, minha autoestima subiu muito, e encontrei o meu amor-próprio, descobri que eu tinha um lugar na sociedade... Cada vez me sentia mais bonito e empoderado. (César)

As falas convergem no sentido de reapropriação do corpo e reestruturação da identidade sendo preciosa para lutar contra ações que como manifesta Munanga (2009) repercutem na alienação de seu corpo, cor, cultura e história e por consequência levam a “inferiorização” e “baixa estima”.

É nesta empreitada de estudos que se olha a construção da identidade racial negra à luz da 10.639/03 e 003/2004 que ancora esta pesquisa. Para tanto, foi realizada observação participante durante o período de agosto a novembro de 2025, em aulas de sociologia junto a uma turma de segundo ano do Ensino Médio e professor de sociologia em um Colégio de Aplicação na cidade de Niterói (RJ). Assim como entrevista em grupo focal com roteiro semiestruturado com 5 estudantes pertencentes a essa turma, autodeclarados pretos e/ou pardos, sendo 3 do sexo feminino e 2 do masculino, com faixa etária de 15 a 16 anos. Posteriormente, foi acionada uma teoria multidimensional que versa sobre raça, racismo (Carneiro, 2025) e o processo de ensino aprendizagem hooks (2020) para analisar os resultados da pesquisa. Bem como, usamos do arcabouço teórico de Munanga (2009) em "Negritude". Usos e Sentidos”, em que, ao estudar a dinâmica da construção da identidade negra, expressa três componentes essenciais, que pode ser configurado em uma personalidade ou identidade coletiva: os fatores histórico, linguístico e psicológico.

ISSN: 2358-8829

O fator histórico, pode ser oral ou escrito, aparenta ser o mais importante na medida em que agrupa variadas características de um povo através do sentimento de continuidade histórica vivida pelo conjunto de seu coletivo. Tendo em vista o sentimento coeso que a consciência histórica cria, esta arquiteta uma relação segura e sólida para o povo, sendo o motivo pelo qual cada povo realiza o esforço para conhecer sua história e transmiti-la às gerações futuras.

O fator linguístico, pode ser compreendido através do consumo de determinados conteúdos, bem material ou prática estética que podem ser conformadores de uma personalidade ou identidade coletiva. Munanga aponta exemplos dentro deste contexto a partir da adesão a determinados estilos e linguagens; como o musical, de roupas, cabelos e penteados.

E por último, o fator psicológico, exprime que a identidade de um grupo pode ser relacionada a uma determinada concepção ideológica que viabiliza a seus membros se definirem em contraponto aos membros de outros grupos.

Achados do trabalho de campo e suas análises embasadas teoricamente

O Colégio niteroiense possui uma boa reputação em sua qualidade de ensino e através da observação participante foi possível verificar que em algum grau o debate étnico-racial é algo presente em sala de aula. Isto é notório nas diversas narrativas negras em murais da escola. A exemplo do mural feito por uma turma de quarto ano apresentando personalidades negras que foram e continuam sendo símbolos de resistência, tais como; Zumbi dos Palmares, Machado de Assis, Conceição Evaristo etc.



Foto 1.

Fonte: Autora, 2025.

ISSN: 2358-8829

Adentrando as aulas de sociologia do segundo ano, foi possível verificar a contemplação da tratativa sobre raça, racismo, relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, desigualdades raciais etc. As respostas das entrevistas delineiam o debate e aprendizagem desses conteúdos. Destaco algumas perguntas e respostas abaixo.

Teve algum assunto que vocês consideraram interessante nas aulas de sociologia? Dos assuntos que a gente viu sobre raça, desigualdades raciais, cultura afro-brasileira [...]? Por quê? (Raquel)

> *Todos os assuntos me interessaram muito. Por que eu me encaixo em todos eles. Eu sou uma menina negra, então é necessário falar sobre as coisas que envolvem a gente. E não é algo comum, a gente se acostumou a falar de tudo que relaciona as pessoas brancas, os europeus, os burgueses, como se a gente não tivesse história. Como se não tivesse ninguém de referência na literatura, ninguém de referência na filosofia [...] Mas, acho que o que eu mais gostei foi ler os cordéis da Maria Firmina, que eu pude ler para a turma toda [...](Alana)*

A fala de Alana pode ser lida e analisada a partir do conceito de epistemicídio de Carneiro (2025) que se refere ao processo de deslegitimação da cultura e história dos povos subjugados. O epistemicídio se constituiu em uma das ferramentas mais eficazes e longevas da dominação étnica e racial, ao negar a legitimidade do conhecimento produzido pelos grupos dominados “e, consequentemente, de seus membros, que passam a ser ignorados como sujeitos de conhecimento.” (CARNEIRO, 2025).

Vocês enxergam alguma influência desses conteúdos no cotidiano de vocês? (Raquel)

> *Eu comecei a ver as coisas ao meu redor por outro lado. [...] Em questão racial eu comecei a ter mais malícia em relação a certas brincadeiras que na hora pode ser brincadeira, mas mesmo assim é uma brincadeira desrespeitosa. Ou sei lá, outros tipos de influência até mesmo dentro de casa, até mesmo dentro do meu próprio relacionamento [...] Comecei a estar mais atento. (Isac)*

A partir dos conteúdos abordados em aula é possível perceber como o interlocutor passa a ser estimulado ao pensamento crítico e a ser mais consciente sobre a própria

racialização e os aspectos intrínsecos a ela. A fala do jovem ecoa a teoria de hooks (2020) ao esboçar que pensar se constitui em uma ação e pensar criticamente mostra-se enquanto um desejo por compreender o funcionamento da vida.

Em outro ponto, o processo de Isac em descobrir se enquanto pessoa racializada repercutiu para que tivesse um olhar mais atento à questão racial diante de brincadeiras desrespeitosas e até mesmo em suas relações interpessoais.

O fator linguístico, pode ser compreendido em Munanga (2009) como expressão do consumo de um determinado conteúdo e pode ser identificado nas respostas à indagação aos interlocutores se os temas debatidos nas aulas de sociologia despertaram algum interesse em consumir séries, filmes, livros ou seguir um influencer etc., que aborde os temas que foram trabalhados em aula. Gabriel mostra interesse na série Todo mundo odeia o Chris.

> *Em relação ao conteúdo o que influenciou seria em questão a série todo mundo odeia o Chris [...] que tipo eu vejo a série desde criança, eu só só a assistia. [...] Antes eu não tinha consciência do quanto ele sofria por conta do racismo. [...] Agora eu meio que olho para a série com um olhar mais crítico. (Gabriel)*

O aluno utiliza da ferramenta do pensamento crítico ao identificar o quão presente é o racismo na vida do personagem principal da série. Além disso, ele também mostra interesse no debate sobre amor e educação abordado em aula por meio do livro de Sueli Carneiro (2025) “Dispositivo de racialidade. A construção do outro como não ser como fundamento do ser”. É possível perceber a influência dos assuntos debatidos em aula na construção de sua identidade por meio do fator linguístico ao consumir conteúdos específicos; Todo mundo odeia o Chris e o livro de Carneiro, de maneira ampla estes apresentam reflexões sobre a sociedade imbricada pelo racismo e suas implicações.

Já Alana expõe que de modo geral gosta dos temas que foram discutidos e, portanto, detém um foco especial neles.

> *Eu gosto desses conteúdos. [...] Então acho que [...] o que me dá mais interesse em fazer é ler. [...] Inclusive tem um livro que vou ler agora depois da aula de Matheus aqui com o pessoal da Universidade que é “O Olho Mais Azul”.*

ISSN: 2358-8829

Nos deparamos na fala de Alana, com a construção da identidade a partir do fator linguístico, tendo como cerne o consumo do livro "O Olho Mais Azul" de Toni Morrison que conta a história de Pecola Breedlove, uma menina negra que sonha com uma beleza diferente da sua. De maneira geral a obra propõe reflexões pertinentes a classe social, raça e gênero. O fator linguístico apresentado por Gabriel e Alana converge na medida em que são influenciados a partir dos assuntos debatidos em aula, a procurar e consumir conteúdos voltados ao debate sobre educação, raça, gênero e classe.

Considerações finais

Passado praticamente 22 anos da implementação da lei federal 10.639/03, fruto de mobilizações dos movimentos negros. Foi possível identificar percalços de sua plena implementação, como; a falta de formação continuada aos docentes e material didático adequado. Os estudos que apontam esses entraves deixam uma lacuna na tentativa de compreender de forma mais esmiuçada o porquê essa lei não é de fato efetivada.

Com o intuito de cobrir esta lacuna acionamos a literatura que conecta branquitude e educação no qual dispõe em maiores detalhes as dificuldades de cumprimento da lei. Identificam como cerne da problemática, a manifestação da branquitude no espaço escolar em práticas pedagógicas, materiais didáticos, e no conjunto de conteúdos, supervalorizando a identidade branca e eurocêntrica e detratando o negro. Não obstante, praticamente nada se fala a respeito da branquitude e suas implicações.

Alguns estudos ainda tímidos conseguem mostrar avanços da 10.639/03 e educação das relações étnico-raciais em sala de aula. Estes realçam sobretudo a relevância desses instrumentos legais para a construção da identidade de discentes negros. É nesta empreitada de trabalhos acadêmicos que preenchem esta lacuna que se encontra esta pesquisa. Os resultados da entrevista em grupo focal realizada com 5 estudantes autodeclarados negros apontam que os temas intrínsecos ao dispositivo legal 10.639/03 e parecer no. 03/2004 trabalhados nas aulas de sociologia exercem influência na construção da identidade de estudantes negros, de modo a estimular o pensamento crítico, na procura por esse grupo pelo consumo de conteúdos que refletem criticamente sobre raça, gênero, classe social e educação e no processo de conscientização da própria racialização.

Referências Bibliográficas

ALVES, Patrícia Formiga Maciel; VASCONSELOS, Débora Kelly Ferreira. As dificuldades de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no ambiente escolar. Revista Educação e Políticas em Debate, v. 13, n. 2, p. 1-19, maio/ago. 2024.

ARAÚJO, Juliana Pereira de; CARRIJO, Valéria Landa Alfaiate. Jovens negros, a escola e a subjetivação: narrativas sobre um projeto pautado na lei 10639/03 . Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 16, p. e5565022, 2022. DOI: 10.14244/198271995565. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/5565. Acesso em: 28 out. 2026.

CARDOSO, Cíntia Dias; DIAS, Lucimar Rosa. A investigação acadêmica sobre processos de branquitude na educação infantil: uma reflexão inicial. In: MÜLLER, Tânia Mara; PEDROSO, Lourenço; CARDOSO, Lourenço (orgs.). Branquitude: estudos sobre a identidade racial branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2025.

DIAS, Luiza Franco. Branquitude e educação: um olhar sobre a constituição das subjetividades raciais no ambiente escolar. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2021.

hooks, bell. Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NASCIMENTO, Weverton Freitas; SIMÕES, Laercio Oliveira; RODRIGUES, Vânia Cristina da Silva. A implementação da Lei 10.639/2003 e a educação étnico-racial: desafios e limitações. Olhares, v. 13, n. 1, 2025. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/19334. Acesso em: 10 out. 2026.

PRADO, E. M.; FATIMA, L. E. da S. de. Os desafios da prática docente na aplicação da Lei 10.639/03. REVISTA INTERSABERES, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 125–139, 2016. DOI: 10.22169/revint.v11i22.929. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/929. Acesso em: 28 out. 2026.

PEREIRA, D. do S.; FILHO, R. R. V. Lei 10639/03, educação e relações étnico-raciais: os desafios do fazer pedagógico de docentes de candomblê em uma escola de Salvador, BA. Caderno Pedagógico, [S. l.], v. 21, n. 10, p. e9400, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n10-230. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/9400. Acesso em: 28 out. 2026.